



Informações Trimestrais

**Preparadas de Acordo com as
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco
Central do Brasil**

Banco RCI Brasil S.A.

31 de março de 2022

Índice das Informações Trimestrais

	Página
Relatório da Administração	2
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR	4
Informações Trimestrais	
Balanços Patrimoniais	6
Demonstrações dos Resultados	8
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	11
Demonstrações do Valor Adicionado	12
Notas Explicativas às Informações Trimestrais	13
Relação dos Administradores	33
Declarações:	
Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais	34
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	35

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras do Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), relativas ao período findo em 31 de março de 2022, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

O Banco RCI Brasil, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objeto principal a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o financiamento e/ou arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

Patrimônio Líquido e Resultados

O patrimônio líquido atingiu R\$1.550 milhões em 31 de março de 2022, apresentando evolução de 2% em relação a R\$1.525 milhões em 31 de dezembro de 2021. O lucro líquido apresentado no período findo em 31 de março de 2021 foi de R\$31 milhões (31/03/2021 - R\$27 milhões).

Ativos e Passivos

Em 31 de março de 2022, os ativos totais atingiram R\$11.017 milhões (31/12/2021 – R\$10.734 milhões) e estão representados, principalmente, pelas operações de crédito e de arrendamento mercantil no montante líquido de R\$8.657 milhões (31/12/2021 – R\$9.124 milhões).

Em 31 de março de 2022, as captações de recursos do Banco RCI Brasil estão representadas, principalmente, por depósitos interfinanceiros no montante de R\$3.159 milhões (31/12/2021 – R\$3.409 milhões), recursos de aceites cambiais e emissão de títulos e letras financeiras em R\$5.607 milhões (31/12/2021 – R\$5.102 milhões).

Conjuntura Econômica

Ao final do primeiro trimestre de 2022, o Banco RCI Brasil observou a mediana das projeções quanto ao desempenho da economia brasileira indicar crescimento do PIB brasileiro de 0,5% em 2022 frente à expansão de 4,6% no ano anterior. A projeção para 2022 é maior que a observada no final do quarto trimestre de 2021 e, na avaliação do Banco RCI Brasil, foi influenciada pela publicação de que o resultado efetivo observado no ano passado foi superior ao consenso de mercado – a mediana das estimativas indicava expansão anual de 4,5% para 2021, enquanto o número observado foi de alta de 4,6%. Contudo, os dados de atividade econômica divulgados vieram em linha com a estimativa do Banco RCI Brasil para o crescimento do PIB no trimestre anterior, e reforçaram a expectativa do Banco RCI Brasil de que a economia brasileira crescerá 0,7% em 2022.

No primeiro trimestre, o Banco RCI Brasil testemunhou a variação interanual do IPCA atingir 10,54%, patamar acima da meta determinada para 2022 (3,50%) e superior ao valor interanual de 7,5% projetado pelo Banco RCI Brasil para o ano de 2022. O Banco RCI Brasil entende que este ambiente inflacionário e seu balanço de riscos foram os motivadores para que o Banco Central do Brasil tenha elevado a taxa básica de juros de 6,25% a.a. para 9,25% a.a. no quarto trimestre de 2021 e tenha estendido o ciclo de alta no primeiro trimestre de 2022, quando a Selic atingiu o patamar de 11,75% a.a. na reunião do Copom de março. O Banco RCI Brasil julga que esta abordagem quanto à taxa Selic aumenta a chance de que a inflação convirja para as metas estabelecidas dentro do horizonte de tempo relevante para a política monetária. Neste sentido, o Banco RCI Brasil projeta que a taxa Selic atingirá 13,25% a.a. ao final de 2022 e poderá recuar para 10,00% a.a. no encerramento de 2023.

Com relação ao comportamento do câmbio, o Banco RCI Brasil viu a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano encerrar o quarto trimestre de 2021 cotada a R\$5,58/US\$. Ou seja, acima da cotação de R\$5,44/US\$ vista no encerramento do trimestre anterior. Esta trajetória de desvalorização do real foi revertida no primeiro trimestre, com a taxa de câmbio encerrando março em R\$4,77/US\$, e está alinhada com a previsão do Banco RCI Brasil de que a ela encerrará o ano de 2022 cotada a R\$5,40/US\$.

Os desempenhos mencionados anteriormente aconteceram em meio a um ambiente internacional que o Banco RCI Brasil julgou menos favorável do que nos períodos anteriores, tendo os seguintes temas como destaques: 1) início do ciclo de alta de juros por parte do banco central norte-americano e; 2) conflito entre Rússia e Ucrânia, que teve impacto altista sobre as cotações

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

das commodities e reforçou as pressões inflacionárias globais já existentes. No ambiente doméstico, o Banco RCI Brasil entende que os principais temas foram os seguintes: 1) continuidade das pressões inflacionárias, condicionando o contexto econômico vigente e; 2) tentativas do governo federal para alterar tributação dos combustíveis e amenizar tais pressões.

Auditoria Independente

A política de atuação do Banco RCI Brasil na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander, do qual o Banco RCI Brasil passou a integrar em 26 de dezembro de 2017.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, o Banco RCI Brasil informa que no período findo em 31 de março de 2022, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Informações Trimestrais.

Agradecimentos

A Administração do Banco RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 13 de Maio de 2022.

O Conselho de Administração

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Nunes Machado, 68 – Torre A - 10º andar
80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco RCI Brasil S.A.
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais do Banco RCI Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias individuais com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações financeiras intermediárias individuais, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos.



relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias individuais, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR do Banco. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações financeiras intermediárias individuais e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a demonstração do valor adicionado individual não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Curitiba, 13 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC PR-007945/F-7

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP-252418/O-3

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Balanco Patrimonial

	Notas Explicativas	31/03/2022	31/12/2021
Ativo Circulante		5.395.203	5.062.046
Disponibilidades	4	37.493	5.050
Instrumentos Financeiros		5.352.385	5.030.977
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	636.251	27.000
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	185.781	106.027
Operações de Crédito	8.b	4.204.096	4.556.935
Outros Ativos Financeiros	6	326.257	341.015
Operações de Arrendamento Mercantil	8.c	80.840	95.383
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	(124.003)	(114.291)
Outros Ativos	10	44.127	41.751
Ativos Fiscais Correntes	9.a	4.361	3.176
Ativo não Circulante		5.622.397	5.672.010
Instrumentos Financeiros		5.184.330	5.223.222
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	688.793	676.979
Instrumentos Financeiros Derivativos		171.626	142.565
Operações de Crédito	8.b	4.323.911	4.403.678
Operações de Arrendamento Mercantil	8.c	48.223	67.566
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	(179.917)	(185.588)
Outros Ativos	10	220.287	226.665
Ativos Fiscais Diferidos	9.b	342.890	333.210
Imobilizado de Uso	11	2.677	2.815
Imobilizado de Uso		5.522	5.575
Depreciações Acumuladas		(2.845)	(2.760)
Intangível	12	3.907	4.120
Ativos Intangíveis		9.896	9.889
Amortizações Acumuladas		(5.989)	(5.769)
Total do Ativo		11.017.600	10.734.056

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Notas		
	Explicativas	31/03/2022	31/12/2021
Passivo Circulante		4.075.271	3.709.904
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		3.797.791	3.353.081
Depósitos	13.a	1.669.111	1.640.417
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	2.079.711	1.636.541
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	43.745	70.145
Outros Passivos Financeiros		5.224	5.978
Outros Passivos	14	240.245	238.101
Obrigações Fiscais	9.c	37.235	118.722
Passivo não Circulante		5.392.751	5.499.602
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		5.022.854	5.159.115
Depósitos	13.a	1.490.046	1.768.157
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	3.527.476	3.376.442
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	5.332	14.516
Outros Passivos	14	190.275	197.002
Obrigações Fiscais	9.c	179.622	143.485
Patrimônio Líquido	16	1.549.578	1.524.550
Capital Social		985.225	985.225
Reservas de Lucros		448.155	416.564
Ajustes de Avaliação Patrimonial		116.198	122.761
Total do Patrimônio Líquido		1.549.578	1.524.550
Total do Passivo		11.017.600	10.734.056

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações dos Resultados

	Nota	31/03/2022	31/03/2021
Receitas da Intermediação Financeira		441.276	363.993
Operações de Crédito		296.745	272.717
Operações de Arrendamento Mercantil		67.091	86.186
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		32.458	4.114
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		37.013	-
Resultado das Aplicações Compulsórias		7.969	976
Despesas da Intermediação Financeira		(323.603)	(255.117)
Operações de Captação no Mercado		(214.873)	(73.923)
Operações de Arrendamento Mercantil		(64.205)	(86.268)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(44.525)	(45.871)
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		-	(49.055)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		117.673	108.876
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(62.325)	(65.632)
Receitas de Prestação de Serviços		3.413	2.878
Rendas de Tarifas Bancárias	18	10.969	15.307
Despesas de Pessoal		(10.779)	(11.490)
Outras Despesas Administrativas	19	(42.317)	(41.710)
Despesas Tributárias		(8.134)	(7.694)
Outras Receitas Operacionais	20	26.900	16.398
Outras Despesas Operacionais	21	(42.377)	(39.321)
Resultado Operacional		55.348	43.244
Resultado não Operacional	22	364	7.714
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		55.712	50.958
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.d	(23.296)	(22.626)
Provisão para Imposto de Renda		(28.820)	(17.925)
Provisão para Contribuição Social		(16.033)	(12.844)
Ativo Fiscal Diferido		21.557	8.143
Participação dos Empregados no Lucro		(825)	(902)
Lucro Líquido		31.591	27.430

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	31/03/2022	31/03/2021
Lucro Líquido	31.591	27.430
Outros Resultados Abrangentes que podem ser reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas	(6.563)	75.770
Ativo Financeiros Disponíveis para Venda	(10)	(9)
Ajuste ao Valor de Mercado	(19)	(17)
Imposto de Renda	9	8
Hedges de fluxo de caixa	(6.553)	75.779
Ajuste ao Valor de Mercado	(8.674)	144.498
Imposto de Renda	2.121	(68.719)
Resultado Abrangente	25.028	103.200

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Reservas de Lucro					Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	985.225	71.077	388.025	(38.875)	-	1.405.452
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	75.770	-	75.770
Lucro Líquido (Prejuízo)	-	-	-	-	27.430	27.430
Destinações:						-
Reserva Legal	-	1.371	-	-	(1.371)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	26.059	-	(26.059)	-
Saldos em 31 de março de 2021	985.225	72.448	414.084	36.895	-	1.508.652
Saldos em 31 de dezembro de 2021	985.225	78.950	337.614	122.761	-	1.524.550
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	(6.563)	-	(6.563)
Lucro Líquido (Prejuízo)	-	-	-	-	31.591	31.591
Destinações:						-
Reserva Legal	-	1.580	-	-	(1.580)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	30.011	-	(30.011)	-
Saldos em 31 de março de 2022	985.225	80.530	367.625	116.198	-	1.549.578

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações de Fluxo de Caixa

	Nota	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido		31.591	27.430
Ajustes ao Lucro Líquido		24.064	44.243
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	44.524	45.871
Tributos Diferidos		(21.501)	(10.446)
Depreciações e Amortizações		324	200
Provisão de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	15.c	6.179	9.147
Resultado na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda		(42)	-
Atualização de Depósitos Judiciais	20	(4.487)	(359)
Atualização de Impostos a Compensar	20	(933)	(170)
Variações em Ativos e Passivos		(243.873)	(468.925)
Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(164.906)	(207.201)
Redução (aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		425.785	44.348
Redução (aumento) em Depósitos no Banco Central		14.758	(5.556)
Redução (aumento) em Despesas Antecipadas		(1.699)	(723)
Redução (aumento) em Outros Ativos		10.326	12.328
Redução (aumento) em Ativos Fiscais Correntes		(252)	424
Redução em Depósitos		(249.417)	(207.874)
Aumento (redução) em Outros Passivos Financeiros		(754)	4.284
Aumento (redução) em Outros Passivos		(246.316)	(63.476)
Aumento (redução) em Outros Passivos Fiscais Correntes		32.269	27.930
Impostos Pagos		(63.667)	(73.409)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais		(188.218)	(397.252)
Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado de Uso		(1)	(8)
Aplicações e Alienações no Intangível		(7)	-
Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		128	-
Alienação de Imobilizado de Uso		54	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		174	(8)
Atividades de Financiamento			
Emissão de Obrigações de Longo Prazo		896.923	616.425
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(67.185)	(11.027)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	16.b	-	(46.750)
Caixa Líquido Originado em Atividades de Financiamento		829.738	558.648
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		641.694	208.138
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	32.050	656.145
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	673.744	864.283

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações do Valor Adicionado

	Nota	01/01 a 31/03/2022		01/01 a 31/03/2021	
Receitas da Intermediação Financeira		441.276		314.938	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		14.382		18.185	
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	(44.524)		(45.871)	
Outras Receitas (Despesas)		(15.112)		(10.843)	
Despesas da Intermediação Financeira		(279.079)		(160.191)	
Insumos de Terceiros		(41.782)		(45.621)	
Serviços de Terceiros		(12.817)		(13.771)	
Outros		(28.965)		(31.850)	
Valor Adicionado Bruto		75.161		70.597	
Retenções:					
Depreciações e Amortizações		(325)		(202)	
Valor Adicionado Bruto a Distribuir		74.836		70.395	
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal		9.991	13%	10.293	15%
Remuneração		7.402		7.615	
Benefícios		1.630		1.566	
FGTS		552		723	
Outras		407		389	
Impostos, Taxas e Contribuições		33.044	44%	32.420	46%
Federais		32.064		31.021	
Municipais		980		1.399	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		210	0%	252	0%
Remuneração de Capitais Próprios		31.591	42%	27.430	39%
Total		74.836	100%	70.395	100%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

1. Contexto Operacional

O Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 2º andar - Conjunto 204 - Batel - Curitiba - PR, tem por objeto principal, a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações atualmente voltadas, principalmente, para o financiamento e arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que Banco RCI Brasil, junto ao mercado e ao Banco Central, já iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação e sobre a identificação e tratamento dos impactos esperados.

A Resolução CMN nº 4.967, que foi publicada em novembro de 2021, determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado, a Resolução que passou a vigorar em vigor em 1º de janeiro de 2022, onde foi objeto de avaliação e análise por parte do Banco RCI Brasil para ponderação sobre seus impactos e dos procedimentos a serem estabelecidos, não gerando impactos significativos nesta Demonstração Financeira.

Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2025. O Banco RCI Brasil iniciou as avaliações de impacto e alterações que serão devidos para adequação aos requerimentos da resolução.

A preparação das Informações Trimestrais requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Informações Trimestrais para o período findo em 31 de março de 2022, na reunião realizada em 13 de maio de 2022.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Alterações em Práticas Contábeis:

Não houve alterações significativas nas práticas e políticas contábeis adotadas pelo Banco para o período findo em 31 de março de 2022, com exceção das alterações mencionadas nos parágrafos a seguir:

a.1) Investimento

A Resolução CMN nº 4.817/2020 que trata sobre critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, tem como alteração principal a extinção do COSIF "Ações e cotas" do grupo de investimentos, passando estes a serem tratados como Títulos e Valores Mobiliários. A Resolução passou a vigorar a partir de janeiro de 2022, não havendo impactos materiais por essa alteração.

a.2) Conversão de Taxas

A Resolução CMN nº 4.924/2021, com vigência a partir de janeiro de 2022, consolida e dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis, do conteúdo da resolução, as principais mudanças trazidas são referentes a aprovação do CPC 47 e a possibilidade de utilização de uma taxa alternativa à de câmbio à vista para conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional. O Banco RCI Brasil avaliou os impactos e alterações necessárias para atender sua implementação e concluiu que não há impactos materiais.

a.3) Plano de Contas (Cosif)

A Resolução BCB nº 92/2021 dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Dentre as alterações propostas, destaca-se principalmente a extinção do Grupo 5 – Rendidas de Exercícios Futuros, sendo conseqüentemente todos os montantes do mesmo transferidos à linha de Outros Passivos.

b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Informações Trimestrais estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco RCI Brasil.

c) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

d) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

e) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

f) Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

g) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - Títulos para negociação;
- II - Títulos disponíveis para venda; e
- III - Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos no resultado do período.

h) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

- I - "Hedge" de risco de mercado; e
- II - "Hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

i) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução CMN nº 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015) dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

- a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;
- b) Instrumentos financeiros derivativos, conforme a Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e
- c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, o Banco RCI Brasil passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

j) Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de créditos inclui operações de crédito e operações de arrendamentos mercantil e é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos.

Normalmente, o Banco RCI Brasil efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito e de arrendamento de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito e de arrendamento baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito e de arrendamento são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

k) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil.

k.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

l) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

l.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

l.2) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logiciais.

m) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 13).

n) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Banco RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Informações Trimestrais.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as ações judiciais cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 15.f) e para as ações judiciais cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas Informações Trimestrais.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

p) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 9, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

q) Juros sobre o Capital Próprio

A Resolução delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

r) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

s) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das Informações Trimestrais são revisadas pelo menos Trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: ajuste a mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos, valor residual do ativo imobilizado, provisão para perdas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências e a realização dos ativos fiscais diferidos. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

t) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

A partir de 01 de janeiro de 2021 entraram em vigor as Resoluções CMN nº 4.747 e nº 4.748 de agosto de 2019 e a Carta Circular Bacen nº 3.994, que estabelecem critérios para reconhecimento e mensuração de ativos não financeiros mantidos para venda pelas Instituições Financeiras.

A Resolução CMN nº 4.747, entre outros requisitos, estabelece que a depender da origem dos ativos não financeiros mantidos para venda, as instituições financeiras devem os classificar como:

- a) próprios;
- b) recebidos em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa como forma de pagamento de instrumentos financeiros de duvidosa solução não destinados ao uso próprio.

A Resolução CMN nº 4.748, estabelece que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (CPC46) na mensuração de elementos patrimoniais e de resultado, nas situações em que a mensuração pelo valor justo de tais elementos esteja prevista em regulamentação específica.

u) Ativos e Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

A Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020 consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020 (revogou as Circulares Bacen nº 3.776/15 e nº 3.174/03), consolidou os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas.

v) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, a administração do Banco RCI Brasil considera que o lucro líquido do Banco do período findo de 31 março 2022, no montante de R\$ 31.591 milhões, (em 31 março 2021, no montante de R\$ 27.430 milhões), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2021	31/12/2020
Disponibilidades	37.493	5.050	33.176	38.033
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	636.251	27.000	831.107	618.112
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	636.251	27.000	831.107	618.112
Total	673.744	32.050	864.28	656.145

As informações relativas a 31 de dezembro de 2021, 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

l) Resumo da Carteira por Categorias

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

			31/03/2022	31/12/2021
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	874.591	(17)	874.574	783.006
Títulos Públicos	185.798	(17)	185.781	106.027
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	185.798	(17)	185.781	106.027
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos	688.793	-	688.793	676.979
Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Venda de Veículos)	688.793	-	688.793	676.979
Total de Títulos e Valores Mobiliários	874.591	(17)	874.574	783.006
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos – Ativo	874.591	(17)	874.574	783.006

As cotas de fundos de investimento em direitos creditórios contemplam os efeitos de harmonização com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes à avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

II) Abertura por Vencimento

	31/03/2022		
	De 3 a 12 meses	Acima de 12 Meses	Total
Títulos Disponíveis para Venda	185.781	688.793	874.574
Títulos Públicos	185.781	-	185.781
LFT	185.781	-	185.781
Títulos Privados	-	688.793	688.793
FIDC Venda de Veículos ⁽¹⁾	-	688.793	688.793
Total	185.781	688.793	874.574

(1) Referem-se a Cotas Subordinadas, cujo prazo de encerramento do FIDC é junho de 2026, conforme seu regulamento.

Para a abertura por vencimento das LFT's e dos FIDC's foi utilizado o critério de vencimento dos títulos e o prazo de encerramento dos FIDC's, respectivamente.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base nas referências dos preços de mercado e suas perdas associadas ao risco de crédito atualizadas pelos critérios da Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos – Hedge de Fluxo de Caixa

O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos está relacionado a taxas de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco RCI Brasil nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco RCI Brasil tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e com uso em cotações. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para swaps. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

	31/03/2022	31/12/2021
Ativo		
"Swap" Negociação – Diferencial a Receber	301	-
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Receber	122.248	57.905
Total	122.549	57.905

No período findo em 31 de março de 2022, foram reconhecidas resultados com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$37.013 (31/03/2021 - R\$49.055).

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	31/03/2022			31/12/2021		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado
"Swap" – Negociação						
Ativo	530.000	536.412	543.398	-	-	-
Certificado de Depósitos Interfinanceiros – Taxa referencial (DI)	530.000	536.412	543.398	-	-	-
Passivo	(530.000)	(537.307)	(543.097)	-	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	(530.000)	(537.307)	(543.097)	-	-	-
"Swap" - Negociação	-	(895)	301	-	-	-

III) Estratégias de Hedge – Hedge de Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade e foram efetivos no período conforme estabelecido na Circular Bacen 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

- O Banco RCI Brasil possui operações de hedge cujos objetos são captações através de Letras Financeiras (LF), Letras de Câmbio (LC) e Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI). As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco RCI Brasil consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos. As operações de hedge foram designadas entre abril de 2018 a março de 2022 e os vencimentos são entre Abril de 2022 e setembro de 2025.
- Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado.

	31/03/2022			
	Instrumentos de Hedge			Objetos de Hedge
Estratégias	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Contábil
Contratos de Swap				
Hedge de Captações	(3.889.609)	(4.294.112)	(4.215.709)	(6.684.249)

	31/12/2021			
	Instrumentos de Hedge			Objetos de Hedge
Estratégias	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Contábil
Contratos de Swap				
Hedge de Captações	(3.864.350)	(4.265.887)	(4.176.055)	(4.799.882)

O efeito da marcação a mercado dos contratos de swap ativos está contabilizado no patrimônio líquido e corresponde ao valor de R\$225.413 (31/12/2021 - R\$234.087) brutos e R\$116.199 (31/12/2021 - R\$122.762) líquido dos efeitos tributários.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento – Ativos

				Valor Referencial	
				31/03/2022	31/12/2021
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
"Swap"	-	530.000	-	530.000	-
Operações de Hedge	491.950	1.872.100	1.525.559	3.889.609	3.864.350
Total	491.950	2.402.100	1.525.559	4.419.609	3.864.350

V) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Em 31 de março de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Em 31 de março de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

6. Relações Interfinanceiras

O montante de R\$326.257 (31/12/2021 R\$341.015) da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

7. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do Banco. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco RCI Brasil.

Para elaboração dos cenários da análise de sensibilidade, foram utilizados como referência: (i) informações da Curva-Pré da taxa de juros básica (DI-Futuro), utilizado os valores diários obtidos no fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e (ii) Curva Cupom IPCA: utilizado as taxas de swaps da B3 e após 1 ano as Yields de NTN-B conforme divulgado pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e também são subtraídas dessas Yields o valor do spread de NTN-B versus DAP (Contrato Futuro de Cupom de IPCA).

O Banco RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco RCI Brasil, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira. Em 31 de março de 2022, não apresentava saldo na carteira de negociação.

Carteira "banking" Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré e Pós -Fixadas	(503)	(12.538)	(23.004)
Total (1)		(503)	(12.538)	(23.004)

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

Cenário 1: uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros.

Cenário 2: uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

8. Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

a) Composição Carteira de Crédito e Arrendamento

	31/03/2022	31/12/2021
Operações de Crédito:		
Financiamentos – Floorplan	890.352	1.196.003
Financiamentos - CDC Veículos	7.637.655	7.764.610
Operação de Arrendamento	129.063	162.949
Total	8.657.070	9.123.562

Composição Carteira de Crédito e Arrendamento por Vencimento

Carteira por Vencimento (parcela) - Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	31/03/2022	31/12/2021
Vencidas	78.727	71.174
A Vencer:		
Até 3 Meses	1.584.991	1.939.294
De 3 a 12 Meses	2.699.945	2.713.024
De 1 a 5 Anos	4.287.427	4.394.996
Acima de 5 Anos	5.980	5.074
Total	8.657.070	9.123.562

b) Carteira de Créditos

	31/03/2022	31/12/2021
Operações de Crédito:		
Financiamentos – Floorplan	890.352	1.196.003
Financiamentos - CDC Veículos	7.637.655	7.764.610
Total	8.528.007	8.960.613

Carteira por Vencimento (parcela) - Operações de Crédito	31/03/2022	31/12/2021
Vencidas	76.149	68.047
A Vencer:		
Até 3 Meses	1.560.450	1.910.283
De 3 a 12 Meses	2.643.646	2.646.652
De 1 a 5 Anos	4.241.782	4.330.557
Acima de 5 Anos	5.980	5.074
Total	8.528.007	8.960.613

c) Carteira de Arrendamento

	31/03/2022	31/12/2021
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	147.158	188.332
Arrendamentos a Receber	46.196	59.019
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	100.962	129.313
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(43.674)	(55.959)
Valores Residuais a Balancear	(100.962)	(129.313)
Depreciações Acumuladas	(353.383)	(390.685)
Superveniências de Depreciações	355.805	397.646
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	1.258	1.307
Outros Valores e Bens	233	258
Imobilizado de Arrendamento	487.785	564.801
Credores por Antecipação de Valor Residual	(365.157)	(413.438)
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente	129.063	162.949

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

Carteira de Arrendamento por Vencimento

Carteira de Arrendamento a Valor Presente (parcela)	31/03/2022	31/12/2021
Vencidas	2.578	3.127
A Vencer:		
Até 3 Meses	24.541	29.011
De 3 a 12 Meses	56.299	66.372
De 1 a 5 Anos	45.645	64.439
Total	129.063	162.949

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Carteira de Crédito e Arrendamento por Setor de Atividades

Setor Privado	31/03/2022	31/12/2021
Indústria	63.587	62.855
Comércio	1.128.887	1.411.468
Instituições Financeiras	597	671
Serviços e Outros	415.887	438.937
Pessoas Físicas	7.046.260	7.207.642
Agricultura	1.852	1.987
Total	8.657.070	9.123.560

e) Carteira e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco (contrato)

							31/03/2022
% Provisão		Carteira de Créditos				Provisão	
Nível de Risco	Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	465.254	-	465.254	-	-	-
A	0,5%	6.375.754	-	6.375.754	31.879	-	31.879
B	1%	775.833	200.759	976.592	9.766	-	9.766
C	3%	259.344	172.119	431.463	12.944	-	12.944
D	10%	42.349	88.633	130.982	13.098	-	13.098
E	30%	15.841	34.766	50.607	15.184	5.203	20.387
F	50%	5.265	29.873	35.138	17.569	7.010	24.579
G	70%	7.394	18.605	25.999	18.199	7.787	25.986
H	100%	14.050	151.231	165.281	165.281	-	165.281
Total		7.961.084	695.986	8.657.070	283.920	20.000	303.920

							31/12/2021
% Provisão		Carteira de Créditos				Provisão	
Nível de Risco	Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	475.665	-	475.665	-	-	-
A	0,5%	5.823.139	-	5.823.139	29.115	-	29.115
B	1%	1.842.079	178.298	2.020.377	20.204	-	20.204
C	3%	256.750	141.614	398.364	11.951	-	11.951
D	10%	61.365	74.265	135.630	13.563	-	13.563
E	30%	16.694	33.363	50.057	15.017	662	15.679
F	50%	5.560	30.850	36.410	18.205	7.264	25.469
G	70%	9.723	30.591	40.314	28.220	12.074	40.294
H	100%	14.726	128.880	143.606	143.604	-	143.604
Total		8.505.701	617.861	9.123.562	279.879	20.000	299.879

(1) Composto por operações que incluem parcelas vincendas e vencidas há mais de 14 dias.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Saldo Inicial	299.879	269.446
Constituição (Reversão)	44.525	45.871
Baixas	(40.484)	(24.412)
Saldo Final	303.920	290.905
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	7.920	4.240

(1) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas de operações de crédito e de operações de arrendamento mercantil.

No período findo em 31 de março de 2022 as renegociações atingiram o montante de R\$234.469 (31/03/2021 R\$489.584).

9. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Correntes

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, está representado por Impostos e Contribuições a Compensar.

b) Ativos Fiscais Diferidos

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens		Saldos em			Saldos em
	31/03/2022	31/12/2021	31/12/2021	Constituição	Realização	31/03/2022
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	539.913	522.908	235.309	22.790	(15.138)	242.961
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	7.649	6.641	2.988	967	(513)	3.442
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	113.895	110.450	49.211	1.550	-	50.761
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	11.452	13.047	5.871	168	(885)	5.154
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	119	-	-	54	-	54
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	251	-	-	5	-	5
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	17	4.005	1.803	-	(1.794)	9
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda e Hedges Fluxo de Caixa - Pis/Cofins	17	4.201	195	-	(195)	-
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	4.808	5.671	2.552	371	(759)	2.164
Outras Provisões Temporárias	84.762	78.401	35.281	2.847	-	38.128
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	762.883	745.325	333.210	28.752	(19.284)	342.678
Prejuízos Fiscais	-	-	-	212	-	212
Total dos Ativos Fiscais Diferidos	762.883	745.325	333.210	28.964	(19.284)	342.890

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro 2021, o Banco RCI Brasil não possui ativos fiscais diferidos não contabilizados.

b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano	31/03/2022				
	Diferenças Temporárias			Prejuízos	
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Fiscais	Total
2022	42.785	34.232	2	212	77.231
2023	59.256	46.919	2	-	106.177
2024	49.651	39.723	2	-	89.376
2025	30.980	24.784	1	-	55.765
2026	2.402	1.922	-	-	4.324
2027 a 2031	5.565	4.452	-	-	10.017
Total	190.639	152.032	7	212	342.890

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

b.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente total dos Ativos Fiscais Diferidos é de R\$324.921 (31/12/2021 - R\$315.716), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os exercícios correspondentes.

c) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores envolvidos em processos judiciais e administrativos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	31/03/2022	31/12/2021
Impostos e Contribuições a Pagar	5.804	7.307
Passivos Fiscais Diferidos	179.622	193.574
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	30.137	61.327
Total	215.564	262.208

c.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens		Saldos em		Constituição	Realização	Saldos em
	31/03/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/03/2022			
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - IR/CS	181.790	188.788	84.955	568	(3.717)	81.806	
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - Pis/Cofins	190.656	197.995	9.208	61	(403)	8.866	
Superveniência de Arrendamento Mercantil	355.805	397.646	99.411	-	(10.460)	88.951	
Total	728.251	784.429	193.574	629	(14.580)	179.622	

c.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	Pis/Cofins	
2022	29.152	9.090	2.216	40.458
2023	32.939	12.119	2.955	48.013
2024	32.939	12.119	2.955	48.013
2025	21.577	3.030	739	25.346
2026	17.792	-	-	17.792
Total	134.398	36.358	8.865	179.622

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	55.712	50.957
Participações no Lucro	(825)	(902)
Resultado antes dos Impostos	54.887	50.055
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente	(24.699)	(22.525)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	1.941	181
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	(539)	(282)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(23.296)	(22.626)

10. Outros Ativos	31/03/2022	31/12/2021
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	182.338	183.806
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.178	3.579
Para Interposição de Recursos Cíveis	25.553	22.756
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	12.791	17.718
Outros Valores e Bens e despesas antecipadas	41.702	39.865
Outros	852	692
Total	264.414	268.416

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

11. Imobilizado de Uso

			31/03/2022	31/12/2021
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	2.444	(1.128)	1.316	1.392
Sistemas de Segurança e Comunicações	141	(113)	28	28
Sistemas de Processamento de Dados	827	(828)	(1)	19
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.906	(770)	1.136	1.172
Imobilizações em Curso	204	(6)	198	204
Total	5.522	(2.845)	2.677	2.815

12. Intangível

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais - desenvolvimento de software externo no valor de R\$9.896 (31/12/2021- R\$9.889) como custo de aquisição e R\$5.989 (31/12/2021 - R\$5.769) de amortização acumulada.

13. Captação de Recursos**a) Depósitos**

					31/03/2022	31/12/2021
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos Interfinanceiros ⁽¹⁾	-	370.180	1.134.157	1.318.084	2.822.421	3.072.122
Depósitos a Prazo ⁽²⁾	-	146.031	6.961	171.962	324.954	325.152
Outros Depósitos ⁽³⁾	11.782	-	-	-	11.782	11.300
Total	11.782	516.211	1.141.118	1.490.046	3.159.157	3.408.574

(1) Inclui o valor de R\$1.079.106 (31/12/2021 - R\$1.253.259) de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI objeto de "hedge" fluxo de caixa e possuem data de emissão entre 18 de maio de 2018 até 9 de novembro de 2022, possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2025.

(2) Incluiu o valor de R\$ 146.786 Compostos por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e possuem data de emissão entre 13 de abril de 2020 até 31 de março de 2022 e prazo de vencimento entre 2022 e 2025 com possibilidade de antecipação.

(3) Refere-se a pagamentos a maior das parcelas de financiamento de veículos realizados por parte de nossos clientes, disponíveis para resgate.

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

					31/03/2022	31/12/2021
		Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais ⁽¹⁾⁽³⁾		76.393	297.986	946.652	1.321.031	1.361.443
Letras Financeiras ⁽²⁾⁽⁴⁾		257.207	1.448.125	2.580.824	4.286.156	3.651.540
Total		333.600	1.746.111	3.527.476	5.607.187	5.012.983

(1) São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas. Possuem data de emissão entre 12 de abril de 2019 e 31 de março de 2022, possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2025.

(2) As principais características das Letras Financeiras são: prazo mínimo de dois anos e valor nominal mínimo de R\$ 50. Possuem data de emissão entre 18 de abril 2018 a 29 de março de 2022, possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2026 sem possibilidade de antecipação.

(3) Em 31 de março de 2022, inclui o valor de R\$1.318.987 (31/12/2021 - R\$131.609) de Letras de Câmbio - LC, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

(4) Em 31 de março de 2022, inclui o valor de R\$4.286.156 (31/12/2021 - R\$3.415.015) de Letras Financeiras - LF, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

14. Outros Passivos

	31/03/2022	31/12/2021
Sociais e Estatutárias	851	2.165
Diversas	429.668	432.938
Provisão para Riscos Fiscais, Obrigações Legais, Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 15)	174.681	172.677
Taxas de Equalização e Subsídios de Taxas de Juros	150.125	160.206
Seguro Prestamista Financiamento Aymoré	6.447	6.390
Provisões com Despesas de Comissões	19.449	18.746
Provisões com Despesas Profit Share	8.442	7.943
Provisões com Campanhas de Publicidade	8.387	9.649
Outras	62.138	57.327
Total	430.520	435.103

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

15. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais

a) Ativos Contingentes

Em 31 de março de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/03/2022	31/12/2021
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 14)	155.580	153.037
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 14)	19.101	19.640
Ações Trabalhistas	11.452	12.999
Ações Cíveis	7.649	6.641
Total	174.681	172.677

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/03/2022			01/01 a 31/03/2021		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	153.037	12.999	6.641	145.626	14.456	7.872
Constituição Líquida de Reversão e Atualizações Monetárias ⁽¹⁾	3.685	(696)	3.190	5.703	(117)	3.561
Pagamentos	(1.142)	(851)	(2.182)	(1.612)	(52)	(3.300)
Saldo Final	155.580	11.452	7.649	149.717	14.287	8.043
Depósitos em Garantia – Outros						
Créditos ⁽²⁾	182.338	1.291	25.553	181.144	3.509	24.827

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias.

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

PIS e COFINS - R\$14.690 (31/12/2021 - R\$14.529): o Banco RCI Brasil ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela COFINS apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$118.570 (31/12/2021 - R\$117.018): Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a referida legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciários, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco RCI Brasil possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível. A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "d" e "e", mas para as quais, pelas características individuais, foram avaliadas pelos assessores

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

jurídicos como risco de perda possível, no montante aproximado de R\$58.150 para ações cíveis, R\$3.630 para ações trabalhistas e R\$228.978 para ações fiscais, sendo a principal ação fiscal, descrita no parágrafo abaixo (PIS/COFINS). (31/12/2021 - R\$56.070, R\$2.727 e R\$222.288, respectivamente).

PIS/COFINS – Auto de Infração - R\$116.092 (31/12/2021 - R\$112.678): Em março de 2018, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração, visando a cobrança dos tributos de PIS e COFINS, referente ao período de agosto de 2013 a junho de 2016, sob alegação de supostas irregularidades na apuração da base de cálculo destes tributos, a saber: (i) não oferecimento à tributação de receitas operacionais apuradas na venda de bens do ativo não circulante; (ii) deduções de despesas não comprovadas; (iii) deduções de insuficiências de depreciação não comprovadas; (iv) apropriação de valores negativos de superveniência de depreciação não comprovados; e (v) não oferecimento à tributação de receitas de juros de mora no leasing. Atualmente, o processo administrativo aguarda decisão.

16. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social no valor de R\$985.225 é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidade de ações):

	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	80.784	80.556	161.340
De Domiciliados no Exterior	121.728	121.385	243.113
Total	202.512	201.941	404.453

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. Em virtude da Resolução CMN nº 4.885 de 23 de dezembro de 2020, o Banco deliberou o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos no montante equivalente a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do período foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

d) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal no semestre e exercício, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

17. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2022 foi fixado o valor máximo de R\$5.249 (2021 - R\$4.853). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco RCI Brasil e no Banco Santander.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco RCI Brasil não possui programa de remuneração de longo prazo ao pessoal-chave da Administração ou a outras partes relacionadas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Remuneração Fixa	431	852

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Outras	577	97
Total	1.008	949

Adicionalmente, no período findo em 31 de março de 2022, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$210 (31/03/2021 - R\$212).

b) Operações de Crédito

O Banco RCI Brasil poderá efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tangem os artigos 6º e 7º da Resolução 4.693/18 CMN, o artigo 34 da Lei 6.404/76 "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas.

São consideradas partes relacionadas do Banco RCI Brasil, em relação a cada uma delas, individualmente consideradas:

- I. Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- II. Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- III. Em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- IV. Pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- V. Pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- VI. Pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- VII. Pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- VIII. Pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do conselho de administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

c) Participação Acionária

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Abaixo estão demonstrados as principais transações e saldos com Pessoal Chave da Administração e demais partes relacionadas:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/03/2022	31/12/2021	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Disponibilidades	37.492	4.934	-	-
Banco Santander(3)	37.492	4.934	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	86.000	27.000	3.559	1.343
Banco Santander(3)	86.000	27.000	3.559	1.343
Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria	688.793	676.979	19.814	(637)
FIDC Venda de Veículos(9)	688.793	676.979	19.814	(638)
Operações de Crédito	4.375	8.630	14.501	7.442
Renault do Brasil S.A.(4)	1.120	2.820	4.365	2.798
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda.(4)	761	683	1.881	753
Nissan do Brasil S.A.(4)	2.494	5.127	8.255	3.891
Valores a Receber de Sociedades Ligadas(6)(10)	10.922	17.718	28.248	38.827
Renault do Brasil S.A.(4)	9.542	15.946	27.158	31.873
Nissan do Brasil S.A.(4)	1.380	1.660	743	6.657
FIDC Venda de Veículos(9)	-	-	170	72

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.(8)	-	112	177	225
Depósitos Interfinanceiros	(2.609.139)	(2.761.443)	(73.700)	(44.684)
Banco Santander(3)	(2.609.139)	(2.761.443)	(73.700)	(44.684)
Recursos de Aceites Cambiais	(357.707)	(468.187)	(13.024)	(1.471)
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A.(8)	(215.786)	(206.485)	(5.030)	(380)
RCI Brasil Serviços e Participações Ltda.(4)	(123.742)	(142.377)	(3.362)	(861)
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.(8)	(18.179)	(15.647)	385	(72)
FIDC Venda de Veículos (9)	-	(103.678)	(5.017)	(158)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(26.209)	(10.615)	(14.697)	(18.936)
Banco Santander(3)	-	-	(2.753)	(2.984)
RCI Banque(1)(3)	(2.555)	(1.535)	(1.020)	(4.415)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.(1)(5)	(1.041)	(1.060)	(3.098)	(3.244)
Nissan do Brasil S.A.(4)	(22.613)	(8.020)	(7.826)	(8.293)
Outras Obrigações – Diversas	(37)	(45)	111	(1.088)
Pessoal Chave da Administração	-	-	-	(949)
Santander Brasil Tecnologia S.A	-	-	-	(16)
Renault do Brasil S.A.(4)	(25)	(27)	71	(70)
Nissan do Brasil S.A.(4)	(12)	(18)	40	(53)

(1) As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.

(2) Cessão de crédito para FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil.

(3) Controladores da Companhia (Nota 16.b).

(4) Coligadas da controladora RCI Banque.

(5) Subsidiária do controlador Banco Santander.

(6) Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.

(7) Subsidiária do controlador Banco Santander.

(8) Controladas da controladora RCI Banque.

(9) Fundos de Investimento dos quais o Banco RCI Brasil possui 100% das cotas subordinadas.

(10) Valores registrados nas rubricas Rendas a Receber e Outros Créditos – Diversos

18. Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Tarifas de Cadastro em Operações de Crédito	9.783	13.856
Outras	1.186	1.451
Total	10.969	15.307

19. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Serviços do Sistema Financeiro	4.112	5.161
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	12.817	10.192
Propaganda e Publicidade	13.082	9.378
Convênio Operacional Aymoré Financiamentos	3.098	3.244
Convênio Operacional RCI Banque	1.020	4.415
Serviços de Processamento de Dados	5.507	6.850
Transportes e Viagens	333	109
Outras	2.348	2.361
Total	42.317	41.710

20. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Reversão de Provisões Operacionais – Cíveis e Trabalhistas	3.101	-
Atualização de Depósitos Judiciais	4.487	359
Atualização de Impostos a Compensar	933	170
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	3.548	2.086
Recuperação de Encargos e Despesas(1)	12.668	11.373
Reversão de Provisão P/IRPJ E CSLL	1.763	1.490
Outras	400	920
Total	26.900	16.398

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(1) Trata-se basicamente de recuperações de encargos relacionados a carteira de créditos.

21. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	13.527	12.555
Provisões Operacionais		
Cíveis	4.458	5.134
Fiscais	1.158	4.265
Trabalhista	2.663	475
Gastos com Cobrança de Contratos em Atraso	14.031	13.974
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	607	549
Atualização Monetária Contingência Fiscal	2.280	464
Outras	3.652	1.905
Total	42.377	39.321

22. Resultado Não Operacional

	01/01 a 31/03/2022	01/01 a 31/03/2021
Resultado alienação de imobilizado de arrendamento	404	7.817
Perdas de Capital	2	(103)
Resultado na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	(42)	-
Total	364	7.714

23. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN nº 3.198/2004, o Banco RCI Brasil aderiu ao Comitê de Auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

c) A apuração do Índice de Basileia aplicado ao Banco RCI Brasil é efetuada em conjunto com o Conglomerado Prudencial do Banco Santander.

Estas Demonstrações Financeiras, no que tange ao Gerenciamento de Riscos de Crédito e Apuração do Índice de Basileia, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, referente ao período findo em 31 de março de 2022, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

d) Efeitos da Pandemia - COVID-19

O Banco RCI Brasil monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

O Banco RCI Brasil mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do COVID-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

François Guionnet

Suplente do Presidente do Conselho

Jean-Marc Marie Bernard Saugier

Conselheiros Efetivos

Angel Santodomingo Martell
Andre de Carvalho Novaes
Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee
Denis Ferro Junior
João Miguel dos Santos Leandro

Conselheiros Suplentes

Marcio Giovannini
Enrico Rossini
Fabien Jean Michel Tournier
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Diogo Rodrigues de Sousa Lima

DIRETORIA

Diretor Presidente e Geral

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Diretor Administrativo Financeiro

Fabien Jean Michel Tournier

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

CONTADOR

Diego Santos Almeida – CRC N° 1SP 316054/O-4

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia, relativas ao período findo em 31 de março de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração dos resultados abrangentes, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

Diretor Presidente e Geral

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor Administrativo Financeiro

Fabien Jean Michel Tournier

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Curitiba, 13 de Maio de 2022.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes relativas ao período findo em 31 de março de 2022, sobre as Informações Trimestrais elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração de resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

Diretores Presidentes e Geral

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor Administrativo Financeiro

Fabien Jean Michel Tournier

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Curitiba, 13 de Maio de 2022.